



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caririaçu

Vara Única da Comarca de Caririaçu

Rua Luiz Bezerra, S/N, Paraíso - CEP 63220-000, Fone: (88) 3547-1818, Caririaçu-CE - E-mail: caririacu@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0280017-19.2020.8.06.0059**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Ação Civil Pública**
 Assunto: **Fornecimento de medicamentos**
 Autor: **Ministério Público do Estado do Ceará**
 Réu: **Município de Caririaçu e outro**

RELATÓRIO

O **Ministério Público Estadual**, na qualidade de substituto processual de **RAFAEL TALLYS MENDONÇA MENEZES**, ajuizou a presente ação civil, com pedido de tutela de urgência, em face do **Estado do Ceará e do Município de Caririaçu**, requerendo que os entes demandados sejam compelidos a fornecer o medicamento “Venvanse 50mg (30 cápsulas ao mês)” em favor do substituído.

Em síntese, a exordial narra que Rafael (substituído) foi diagnosticado com “Distúrbio de atividade e da atenção” (CID F.90.0) e Surdo-mudez (CID H.91.3), conforme faz constar o prontuário médico de p. 21, prescrito pela médica Werônica Oliveira.

Com isso, o substituído necessita do fármaco supracitado com o objetivo lhe assegurar qualidade de vida, estabilização do quadro clínico e adaptação às atividades sociais e escolares.

Aduz, ainda, que a representante legal do menor buscou junto a Secretaria de Saúde Municipal a disponibilidade de entrega do medicamento, porém, sem êxito.

O relatório social de fls. 93/99, elaborado pelo CREAS, concluiu que o custo demandado com a compra do mensal do medicamento impacta sobremaneira o grupo familiar do menor, em detrimento da garantia de outros direitos necessários, tanto para os cuidados de Rafael, como para a família como um todo.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 12/101.

Tutela de urgência deferida às fls. 102/107.

Citados, os demandados não contestaram o feito (fl. 126).

Despacho de fl. 125 determinou a intimação das partes para declararem se possuíam interesse em produzir prova em audiência.

Os acionados quedaram silentes (fls. 136).

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Caririáçu

Vara Única da Comarca de Caririáçu

Rua Luiz Bezerra, S/N, Paraíso - CEP 63220-000, Fone: (88) 3547-1818, Caririáçu-CE - E-mail: caririacu@tjce.jus.br

O *Parquet* pugnou pelo julgamento antecipado do feito (fls. 134/135).

É breve o relatório. Decido.

FUNDAMENTAÇÃO

Compulsando os autos, verifico que é o caso de julgamento do processo no estado em que se encontra. Sendo a matéria debatida nos autos primordialmente de direito, restringindo-se a parte fática essencialmente a documentos, possível se mostra a aplicação da regra do artigo 355, I, do Código de Processo Civil.

É cediço que configura objetivo de nossa Constituição Federal a construção de uma sociedade justa, livre e solidária (artigo 3º, inciso I, CF/88), sendo um dos fundamentos da República a dignidade da pessoa humana, que é o postulado axiológico influente sobre todas as demais questões nela previstas.

O direito à saúde é uma prerrogativa indisponível assegurada à generalidade das pessoas, devendo o Estado – por intermédio da União, Estados e Municípios – providenciar todas as medidas necessárias à promoção e recuperação desse direito, inclusive com o fornecimento de medicamentos. É um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, indistintamente, e independe da situação financeira do cidadão, representando uma indissociável consequência do direito à vida.

Dessa forma, não pode esse direito fundamental ser postergado pelo Estado, sob o argumento do caráter programático das normas da Constituição que disciplinam a matéria, transformando os direitos nela consagrados em uma promessa inconsequente e fraudando justas expectativas depositadas pela coletividade no Poder Público quanto ao cumprimento de seus deveres constitucionais.

Conforme entendimento amplamente majoritário no âmbito dos Tribunais Superiores, o funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária dos entes federados, isto é, da União, dos Estados e dos Municípios, de modo que qualquer um desses entes tem legitimidade *ad causam* para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso a prestação de serviços de saúde.

Em razão dessa responsabilidade solidária, no que diz respeito ao funcionamento do SUS e à prestação de políticas públicas nas áreas de saúde sem restrição quanto à complexidade da doença, à parte compete ingressar com ação, à sua escolha, em desfavor de todos ou de um deles isoladamente, por se tratar de litisconsórcio facultativo.

Adicionalmente, tal entendimento foi endossado de forma definitiva por



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caririáçu

Vara Única da Comarca de Caririáçu

Rua Luiz Bezerra, S/N, Paraíso - CEP 63220-000, Fone: (88) 3547-1818, Caririáçu-CE - E-mail: caririacu@tjce.jus.br

intermédio do julgamento nos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário RE 855.178 ED/SE (j. 23/05/2019) pelo Ministro Edson Fachin, tendo fixado Tese de Repercussão Geral (Tema 793)¹

Trago à colação os seguintes julgados que corroboram o entendimento asseverado:

“ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA JURISDICIONAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS PELO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* DA UNIÃO. 1. É possível a concessão de antecipação dos efeitos da tutela contra a Fazenda Pública para o fim de obrigá-la ao fornecimento de medicamento a cidadão que não consegue ter acesso, com dignidade, a tratamento que lhe assegure o direito à vida, podendo, inclusive, ser fixada multa cominatória para tal fim, ou até mesmo proceder-se a bloqueio de verbas públicas. Precedentes. 2. O funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios, de modo que qualquer um desses entes tem legitimidade *ad causam* para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso a medicamentos para tratamento de problema de saúde. Precedentes. 3. Recurso especial não provido.(e-STJ fl. 354). (STJ, AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.291.883 - PI (2011/0188115-1))”

“RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. PACIENTE PORTADOR DO VÍRUS HIV. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. 1. Ação ordinária objetivando a condenação do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de Porto Alegre ao fornecimento gratuito de medicamento não registrado no Brasil, mas que consta de receituário médico, necessário ao tratamento de paciente portador do vírus HIV. 2. O Sistema Único de Saúde - SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, **restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna.** 3. Configurada a necessidade do recorrente de ver atendida a sua pretensão, posto legítima e constitucionalmente

¹ STF - RE 855178 ED, Relator(a): LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 23/05/2019, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-090 DIVULG 15-04-2020 PUBLIC 16-04-2020



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Caririáçu

Vara Única da Comarca de Caririáçu

Rua Luiz Bezerra, S/N, Paraíso - CEP 63220-000, Fone: (88) 3547-1818, Caririáçu-CE - E-mail: caririacu@tjce.jus.br

garantida, uma vez assegurado o direito à saúde e, em última instância, à vida. A saúde, como de sabença, é direito de todos e dever do Estado. 4. Precedentes desta Corte, entre eles, *mutatis mutandis*, o Agravo Regimental na Suspensão de Tutela Antecipada nº 83/MG, Relator Ministro EDSON VIDIGAL, Corte Especial, DJ de 06.12.2004: "1. Consoante expressa determinação constitucional, é dever do Estado garantir, mediante a implantação de políticas sociais e econômicas, o acesso universal e igualitário à saúde, bem como os serviços e medidas necessários à sua promoção, proteção e recuperação (CF/88, art. 196). **2. O não preenchimento de mera formalidade – no caso, inclusão de medicamento em lista prévia – não pode, por si só, obstaculizar o fornecimento gratuito de medicação a portador de moléstia gravíssima, se comprovada a respectiva necessidade e receitada, aquela, por médico para tanto capacitado. Precedentes desta Corte.** 3. Concedida tutela antecipada no sentido de, considerando a gravidade da doença enfocada, impor, ao Estado, apenas o cumprimento de obrigação que a própria Constituição Federal lhe reserva, não se evidencia plausível a alegação de que o cumprimento da decisão poderia inviabilizar a execução dos serviços públicos." (...) 6. Recursos especiais desprovidos". (REsp 684.646/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/05/2005, DJ 30/05/2005, p. 247)

Embora se reconheça a obrigação do Poder Público em prestar de forma adequada, o serviço de saúde aos cidadãos, forçoso ressaltar que, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do REsp nº 1657156 / RJ – 2017/0025629-7, estabeleceu requisitos a serem preenchidos em casos de medicamentos que não constam da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais²: o caso do “VENVANSE” - a saber:

1 - Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim

como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS;

2 - Incapacidade financeira do paciente de arcar com o custo do medicamento prescrito; e

² <http://conitec.gov.br/images/Rename-2020-final.pdf>

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Caririaçu

Vara Única da Comarca de Caririaçu

Rua Luiz Bezerra, S/N, Paraíso - CEP 63220-000, Fone: (88) 3547-1818, Caririaçu-CE - E-mail: caririacu@tjce.jus.br

3 - Existência de registro do medicamento na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Analizando os requisitos contidos no julgado com os documentos acostados aos autos, constato que todos estão devidamente preenchidos.

Os documentos de fls. 27/29 são suficientes a suprir o primeiro requisito, pois a médica que acompanha a parte substituída esclareceu que há a necessidade da substância prescrita, não havendo possibilidade de substituição, mesmo porque já foram utilizados outros fármacos, disponibilizados pelo SUS; porém, a resposta não foi positiva ao tratamento.

O segundo requisito encontra subsídio no relatório social acostado às fls. 93/99 pela equipe multidisciplinar do CREAS. *In casu*, a equipe constatou a impossibilidade de custeio pelo grupo familiar do fármaco de que o substituído necessita sem que haja comprometimento do sustento.

Por fim, o terceiro requisito está devidamente preenchido, porque o medicamento “VENVANSE” possui registro na ANVISA³.

Noutra banda, é necessário lançar mão da Nota técnica nº 259/TJCE - NATJUS3, que em seu bojo aborda especificidades do fármaco em referência, expondo dentre outras características, a eficácia do medicamento, custo médio, registro na ANVISA e tratamentos similares disponibilizados pelo SUS.

Referido documento coaduna a ideia de que o fármaco possui registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (p.6, tópico 5), bem como demonstra que existem outros medicamentos disponibilizados pelo SUS, entretanto, como já relatado anteriormente, o substituído já fez uso de referidos similares e não obteve resposta eficaz no tratamento. (p.6, tópico 4).

Além disso, alinhando o relatório social do CREAS ao tópico 9 na Nota técnica em alusão (custo da medicação), fica ressaltada a hipossuficiência do grupo familiar no caso concreto.

Em seguimento, é evidente o perigo da demora, uma vez que os exames e laudos acostados aos autos (pp. 17/29) revelam que, de fato, o substituído necessita do fármaco prescrito para que possa estabilizar seu quadro clínico e, conseqüentemente, viver com o mínimo de dignidade.

Dessa forma, a procedência do pedido é impositiva, ante o atendimento de todos

³[Consultas - Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(anvisa.gov.br\)](https://anvisa.gov.br/consultas)

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Caririáçu

Vara Única da Comarca de Caririáçu

Rua Luiz Bezerra, S/N, Paraíso - CEP 63220-000, Fone: (88) 3547-1818, Caririáçu-CE - E-mail: caririacu@tjce.jus.br

os requisitos legais, em consonância, ademais, à jurisprudência já destacada.

Assim sendo, com fundamento na responsabilidade solidária, caberá ao Estado do Ceará a responsabilidade pelo fornecimento do medicamento à parte substituída, através da COASF - Coordenadoria de Assistência Farmacêutica, enquanto a presente decisão produzir efeitos, por se mostrar o ente mais apto a cumprir a decisão a contento, o que acaba por confirmar a decisão que deferiu a tutela de urgência.

Desnecessárias maiores ponderações.

DISPOSITIVO

Pelo exposto, **JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO pela parte autora**, assim o faço, com julgamento de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC, para determinar que **o Município de Caririáçu e o Estado do Ceará**, este último com prioridade, preferencialmente por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS) ou através da rede particular, se imprescindível, **forneça o medicamento “Venvanse 50mg (30 cápsulas ao mês)”**, no prazo máximo de 30 dias, no quantitativo e tempo necessário ao tratamento, sob pena de sequestro de verbas públicas, não descartada a fixação de multa diária em caso de recalcitrância, o que acaba por confirmar a decisão que deferiu a tutela de urgência (fls. 102/107).

Sem custas processuais, haja vista a natureza jurídica das demandadas.

Em caso de interposição de recurso de apelação, intime-se a parte contrária, para, querendo, oferecer contrarrazões, e, após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, independente de novo despacho.

Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Expedientes necessários.

Caririáçu/CE, 23 de julho de 2021.

Judson Pereira Spindola Junior
Juiz de Direito